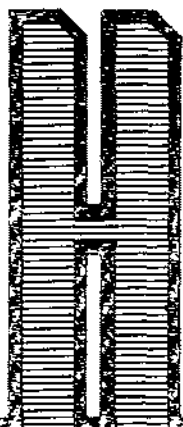




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 075

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 19, de 1985-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 13, de 1985, que "dá nova redação ao item "c", do art. 197 da Constituição Federal".

Relator: Deputado Francisco Amaral

Subscrita pelo Senador Mário Maia, a Proposta sob nosso exame, apoiada por 160 Deputados e vinte e seis Senadores, alterando a letra "c", do art. 197 da Constituição, confere a aposentadoria com proventos integrais, aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, ou aos sessenta anos de idade aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, sejam funcionários públicos

da Administração Direta ou Indireta ou contribuintes da Previdência Social.

Preliminarmente, a proposta é constitucional, jurídica e fiel à técnica legislativa, atendendo aos parâmetros do art. 47 da Constituição.

Lembrando, na justificação, o generoso tratamento dado aos ex-pracinhas pelo parágrafo único do art. 18 da Constituição, que concedeu estabilidade a esses servidores, assinala o Ilustre Autor que, passados quarenta anos daquele conflito, raros os ex-combatentes que não ultrapassaram os sessenta anos de idade, continuando a merecer a gratidão nacional por terem arriscado a própria vida, para preservar a soberania e o pundonor nacional.

Não há como desconhecer, no mérito, as elevadas e patrióticas intenções da Propo-

sição, que, prestando justo preito àqueles bravos não importará em elevados dispêndios para o Erário Federal.

Assim, constitucional, jurídica e dentro da técnica legislativa, de incontestável mérito, somos favoráveis à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 13, de 1985.

Sala das Comissões, 19 de junho de 1985.
— Senador Raimundo Parente, Presidente —
Deputado Francisco Amaral, Relator —
Senador Virgílio Távora — Senador Alberto Silva — Senador Américo de Souza — Senador João Lobo — Senador Martins Filho —
Deputado Nelson Scarano — Senador Alfredo Campos — Senador Marcondes Gadelha — Deputado Djalma Bessa — Senador João Calmon.

SUMÁRIO

— ATA DA 170ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE JUNHO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA — Observações sobre a situação das instituições financeiras no País.

DEPUTADO FRANCISCO DIAS — Solicitação feita por S. Exª ao Sr. Ministro dos Transportes, referente à realização de obras de alargamento da Rodovia Presidente Dutra, em trecho situado na cidade de Guarulhos — SP. Reajuste das prestações da casa própria. Matéria publicada no jornal *O Presbiteriano Bíblico*, intitulada "Crescimento do Protestantismo Apavora o Vaticano".

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Considerações referentes a carta dirigida ao Sr. Ministro da Aeronáutica, pelo Sr. Mário Moraes Filho, solicitando a fixação e aproveitamento do Aeroporto de Viracopos.

DEPUTADO ASSIS CANUTO — Protesto pelo alto índice do reajuste das prestações da casa própria.

DEPUTADO OSVALDO MELO — Observações sobre decisão adotada pelo Governo, no concernente ao reajuste das prestações da casa própria. Telegrama dirigido ao Senhor Presidente da República, com relação aos problemas ligados à política do Estado do Pará.

DEPUTADO MÁRIO FROTA — Reparos ao discurso pronunciado pelo Sr. Assis Canuto na presente sessão.

DEPUTADO ASSIS CANUTO, como Líder Esclarecimentos ao orador que o antecedeu na Tribuna.

DEPUTADO MÁRIO FROTA, como Líder — Respostas aos esclarecimentos feitos pelo Sr. Assis Canuto.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — Ordem do Dia

— Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (Nº 831/79, na origem), que dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais. *Discussão encerrada*, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 171ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 DE JUNHO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — ORDEM DO DIA

2.2.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 35, de 1985, que acrescenta artigo à Constituição Federal, referente à aplicação de recursos na área do Polígono das Secas.

2.2.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de Calendário para a tramitação da matéria

2.2.3 — Comunicação da Presidência

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 20 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2,3 — Encerramento

3 — ATA DA 170ª SESSÃO CONJUNTA, EM 20 JUNHO DE 1985

3,1 — ABERTURA

3,1.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3,2 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 1983 — Complementar (nº 102/76 — Complementar, na origem), que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural. **Discussão encerrada, ficando em votação adiada por falta de quorum.**

3,3 — ENCERRAMENTO

Ata da 170ª Sessão Conjunta, em 20 de junho de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Marcondes Gadelha

ÀS 11 HORAS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Alvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Raulino Bittencourt — PMDB.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Moyses Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocência Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior

— PDS; Leur Lomanto — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Wilson Falcão — PDS

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Darcilio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Dário Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emilio Gallo — PFL; Emilio Haddad — PFL; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Bacarini — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Nylton Velloso — PFL; Oskar Corrêa Júnior — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Ailton Sandoval — PMDB; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Bete Mendes — PT; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djaima Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro

Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Johnsson — PDS; Santos Filho — PDS; Valmor Giarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Fernando Bastos — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Manoel de Souza — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Flórceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Nadyr Rossetti — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — As listas de presença acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 234 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicação

Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Há uma CPI na Câmara dos Deputados a respeito da questão dos bancos. Todos nós sabemos que as instituições financeiras no Brasil estiveram à margem da crise brasileira, os grandes conglomerados financeiros nacionais e internacionais cresceram de forma assustadora. Basta dizer que não existe, no mundo inteiro, agências bancárias tão ricas, tão luxuosas como nós encontramos aqui no Brasil, em qualquer cidade; as instalações são faraônicas, mostrando, evidentemente, a excelente situação financeira por que passam essas instituições. E, diga-se de passagem, à custa do esforço do trabalhador, dos empresários e de todos aqueles que, premidos pela crise, se socorreram desse mercado que cobra caro por um dinheiro que é recolhido de graça. Isto precisa ser revisto, precisa ser colocado nos seus devidos termos, e essa CPI da Câmara dos Deputados, tenho a certeza, chegará a conclusões que poderão nortear o novo Governo a tomar uma decisão sobre a questão dos bancos.

Sr. Presidente, estou fazendo este preâmbulo apenas para dizer que, além de atuar em todos os setores financeiros, estão os bancos, já de alguns anos, fazendo concorrência na área de seguros aos profissionais de corretagem de seguro. É muito normal e até um hábito, é usual que o sistema bancário use o seu gerente, que tem um poder de pressão muito grande, para vender os seus seguros, fazendo uma concorrência desleal, imoral e até ilegal contra os verdadeiros profissionais da área, que são os corretores de seguro.

Esperamos, também, que essa CPI chegue a conclusões definitivas a respeito dessa absurda concorrência, porque não é possível que aqueles profissionais que estudaram, fizeram cursos e trabalham há anos no setor se vejam agora prejudicados por uma concorrência, repito, desleal, por uma concorrência de pressão, porque todos sabemos que aqueles que recorrem ao empréstimo bancário são constrangidos a realizar um seguro com o gerente do banco. Isto diminui o mercado de trabalho dos corretores devidamente habilitados por lei, para exercer a sua profissão. É preciso que se posicione este País contra mais esse desmando.

Aqui, desta tribuna, deixo registrado o meu protesto contra essa forma de ação dos bancos, dessas grandes instituições financeiras que atuam predatoriamente em todas as áreas da economia nacional e, agora, prejudicam, de forma tão desleal, a homens que estudaram e se formaram, que se prepararam para a sua atividade de corretagem de seguro e se veem, dessa forma, prejudicados nos seus negócios, prejudicados nos seus rendimentos, prejudicados em suas questões familiares.

Se não colocarmos um parêntese nessa situação, certamente, daqui há alguns anos, não existirá mais a atividade de corretor de seguros que estará entregue, totalmente, nas mãos dos gerentes de bancos. É necessário, pois, que se coloque um ponto final nessa situação e que a Nova República possa se posicionar e definir essa questão, que é das mais importantes para um vital setor da economia brasileira que é a área de seguro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Dias.

O SR. FRANCISCO DIAS (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobre Senador Marcondes Gadelha, Srs. Congressistas:

Poço, inicialmente, a transcrição de uma matéria publicada no jornal *Plesbiteriano Bíblico* e, em seguida gostaria de deixar consignada, nesta manhã, uma palavra de estímulo e de parabéns às atitudes de alguns Ministros de Estado em nosso País no tratamento da coisa pública e no atendimento, principalmente, à classe política. Quero, especificamente, manifestar a minha alegria pelo encontro que tive ontem com o eminente Ministro dos Transportes do nosso País, o eminente Senador Afonso Camargo, que reclamava junto a S. Ex^a o apressamento — como já disse em algumas outras oportunidades, desta mesma tribuna — das obras de alargamento da Rodovia Presidente Dutra saindo de São Paulo, em direção do Rio de Janeiro e mais especificamente na cidade de Guarulhos, onde residimos.

Dizíamos, naquela oportunidade, que a nossa cidade se encontra completamente ilhada em razão dessa morosidade. Há um medo que apavora a quase toda a população quando os jornais dizem que o Ministério não tem mais verbas, as obras serão paralisadas. Isso criaria um grande problema na nossa região.

Conversando com S. Ex^a, o Sr. Ministro Afonso Camargo, ele nos afirmou que as obras não pararão imediatamente e nos colocou em contato com o Presidente do DNER, no Rio de Janeiro.

O Presidente daquele Departamento também nos comunicou, de forma telefônica, imediatamente — em questão de vinte minutos nós tivemos todo esse contato —, nos comunicou que as verbas estão sendo tratadas e arrematadas para a continuação da obra e para a não paralisação daquelas atividades do DNER.

A S. Ex^a, o Sr. Ministro dos Transportes e à sua assessoria; ao Presidente do DNER do Rio de Janeiro e a outros Ministros que nos tratam de igual modo, de forma lhana, cavalheiresca, objetiva e rápida, a eles todos os nossos parabéns. É isto que nós esperamos dessa Nova República: decisões imediatas. Precisamos acabar com essa história de que vamos imaginar, pensar, estudar, deve-se dizer, sim, sim, não, não. Esta deve ser a melhor expressão de política. Desta forma estaremos construindo sem dúvida nenhuma, um Brasil grande.

Quero concluir estas palavras, dizendo da minha apreensão, Sr. Presidente, em relação ao problema do aumento da prestação da casa própria, da casa popular. Sinceramente, não entendi até hoje as medidas tomadas pelo Governo e tenho certeza de que elas trarão um tremendo desassossego em toda a classe mututária deste País e há um desespero.

Portanto, solicitamos de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e do Ministro da área, um trabalho imediato, no sentido de se mudar completamente a política financeira do BNH. Tenho dito várias vezes, desta tribuna, que o BNH deixou de ser um banco para ser a construção de casa popular para ser um banco financeiro e encerrou, assim, a sua finalidade!

Tenho a impressão de que o Governo da Nova República tem que entender este fato, tem de exterminar com este banco e criar uma nova forma de dar casa ao povo, mas não penalizar o povo com casa popular.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Um outro assunto traz-me à tribuna e que passo a ler: Não bastassem as discórdias lançadas entre os homens, através de argumentações e acusações levianas, a CNBB, não satisfeita em promover a "luta de classes" e de fazer da teologia um instrumento desestabilizador da ordem social e política, parte agora para a tentativa de indispor duas nações, quando afirma que "os bispos disseram acreditar que a difusão do protestantismo faz parte de um plano político mais amplo, concebido por determinados setores dos Estados Unidos que querem bloquear a pressão católica favorável a "mudanças sociais", como se lê na matéria escrita por Marlise Simons, em *O Estado de S. Paulo*, de 19 de março de 1985, citada pelo Sr. Antônio Poccinelli em "O Presbiteriano Bíblico", de maio do corrente ano.

Pelo que se denota da ação bastante conhecida da CNBB e do mais recente ataque às seitas protestantes que, dia a dia, conquistam novos adeptos, por expressarem a verdadeira palavra do Evangelho e com ela despertarem para a verdade, a paz e o amor aquelas pessoas convertidas que atenderam ao chamamento de Cristo, os pregadores da marxização do Evangelho, vendo que a pregação que semeiam não frutifica, partem para uma nova tática, buscando, inclusive, o apoio do Vaticano, supondo que as aleivosias assacadas contra os que efetivamente crêem na mensagem salvífica e vivificadora do Senhor podem se acovardar diante de inusitada e despropositada verborragia. Os que têm a consciência tranquila e o espírito em paz nada temem, pois estão em união com o Senhor, pois praticam o ensinamento do Mestre: "Amai-vos uns aos outros como Eu vos tenho amado".

Em nome da verdadeira justiça e do verdadeiro espírito cristão, pedimos a transcrição nos Anais da Câmara dos Deputados do artigo intitulado, "Crescimento do Protestantismo Apavora o Vaticano", publicado em "O Presbiteriano Bíblico", de maio deste ano, de autoria do Sr. Antônio Poccinelli, por sua precuciente análise da questão e do real valor histórico de que se reveste.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DEPUTADO FRANCISCO DIAS EM SEU DISCURSO

CRESCIMENTO DO PROTESTANTISMO APAVORA O VATICANO

Sr. Antonio Poccinelli, Revisor de Traduções, Mestre na Língua Portuguesa.

Artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* aos 19 de março de 1985, o qual é assinado por Marlise Simons, trouxe matéria assaz interessante, só que muito presunçosa. A começar pelo seu título, já temos uma rechonchuda futilidade de marca registrada, pois o mesmo nos faz pensar no quanto pode alguém vaidoso atribuir-se valores ou dignidades que não possui. Tal artigo faz referências à preocupação do Vaticano com as muitas seitas que estão proliferando no mundo como cogumelos após chuvarada. Já viram, que tatéia de zelo sem nenhuma inteligência ou juízo? Mas, que é o Vaticano para se preocupar com tal coisa? Que credenciais possui o papa para ficar de pé em algum lugar e abrir a sua boca contra as seitas? Qual é a sua autoridade diante da derrocada religiosa no mundo? Será que ele ignora a verdade?

Estas questões exigem desdobramentos analíticos e avaliações de algum teor pedagógico, a fim de que a dialética dos presunçosos não causem maiores danos entre aqueles que têm olhos para ver, mas não vêem; têm ouvidos para ouvir, mas não ouvem, pois a mentira travestida de verdade bem pode ditar algum preceito acerca de uma retidão doutrinária, e conseqüentemente ludibriar gente incauta. Isso é tão comum num mundo de cegos e surdos onde as lições da Palavra de Deus não são aprendidas, pois os espiritualmente cegos, tanto os que formam o corpo docente como os que constituem o corpo discente, não enxergam e não ouvem a verdade. Como, pois, poderia um embusteiro possuir credenciais dignas de confiança, se ele faz da mentira um instrumento ou ferramenta de abrir caixas de segredos? Ora, perolas artificiais nunca poderiam ornar o pescoço de uma rainha. Sim, aquele que ama a mentira só pode buscar a mentira. Outrossim, aquele que concebe a malícia dá à luz um ser teratológico. A teratogenia católica já pôs no mundo muitos monstros, mas os cegos não vêem. E não há pior

cego do que alguém que não quer ver. Avante, cegos, caminhem às apalpadelas, porquanto as trevas caíram espessas sobre vocês, e de nada têm valido os gritos de alerta dos vigilantes, desde que seus ouvidos estão surdos.

O arcabouço, a história e as projeções mundiais desse "covil de saltadores" que recebeu na pia batismal o nome de Vaticano, formam a disposição de coisas espúrias e as partes de um todo estrutural que se projeta geometricamente sobre o mundo estão mercadejantemente transitando por continentes e ilhas em negócios indecorosos, isto é, em tráfico de "meretrizes". Leiam: "Porque todas as nações têm bebido do vinho da ira da sua prostituição e os reis da terra se prostituíram com ela, e os mercadores da terra se enriqueceram com abundância de suas delícias". (Apoc. 18:3) Viram? Ouviram? "Quem tem ouvidos para ouvir, ouça" — adverte a voz do que fala. "Assim diz o Senhor". Escutem, inclinem os ouvidos para ouvir, "porque o Senhor falou". Está escrito. Leiam.

A idolatria, que é prostituição espiritual, é o vinho que embebeda os comensais à mesa do Vaticano. Reis, presidentes, governantes e povos e todos os demétricos que prosperam à sombra do clero romano para lá se dirigem ufanos e adoradores do "infalível" em busca de uma bênção. Mas o vinho da ira de Deus que se acha preparado sem mistura se lhes dará em taça de amargura.

Está escrito: "... o zelo mata o tolo". (Jó 5:2) E que zelo é esse que o papa está demonstrando através de cartas a todos os bispos do mundo (sic) para que eles façam relatórios sobre os graves problemas gerados pelo crescimento do fundamentalismo protestante e outras seitas, em detrimento da Igreja Católica? Por isso, grande é a solicitude de João Paulo II ao sair mundo afora para ir ao encontro dos anseios atoleimados das gentes que traficam com a perfídia. Dá gosto vê-lo descendo de um avião beijando chão poluído, acenando para as multidões idolatras e percorrendo num papamóvel as ruas e avenidas apinhadas de basbaques.

Consta que em todas as suas recentes visitas à América Latina ele fez referências críticas às seitas. Que seitas? A confissão de fé dos Batistas configuraria uma seita? A confissão de fé de Westminster, porventura representa para o papa uma expressão baslar de uma seita? E o credo das Assembléias de Deus? Há sectarismo religioso nele? Do ponto de vista do clero romano, há. O bispo de Roma, com toda a megalomania que o caracteriza, pretende com sua *urbi et orbi* agasalhar sob as asas do Vaticano todos os tolos do mundo. E vai conseguindo, pois a toleima das massas ignaras oferece ensanchas para esse tipo de burla. Naquilo que diz respeito ao Brasil, consta que o relatório não chegou a ser formalmente aprovado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Qual teria sido a razão? Mistério! Sabe-se que o grupo formado por mais de três centenas de seus membros é desde há muito conhecido por suas opiniões independentes, dado o seu ativismo político nas esferas eclesásticas e teológicas. Esse grupo é apelidado de progressista, por isso que ele constitui uma espécie de vanguarda dialética do catolicismo marxista no Brasil. Seus elementos loquazes estão sempre em evidência na imprensa, no rádio e na televisão. Eles se arvoram em teologistas especulativos da problemática sócio-política dos pobres, cujos pobres são objetos de uma equação sociológica que se presume apta para achar uma solução jurídica através de métodos importados da Rússia, o que significa que a intenção desses teóricos é sovieterizar toda a América Latina, coisa que a Teologia da Libertação postula como cabedal de toda a sua leega-lenga. A coisa exige um exame e uma avaliação intensa e extensa, mas aqui não há espaço para isso.

No artigo de Marlise Simons, *O Estado de S. Paulo*, 19-3-85) ao qual estou me reportando indiscretamente, sucedem-se ou ocorrem treze parágrafos onde a articulista alinha asseverações que refletem de forma suspicaz o teor das alegadas preocupações do Vaticano. Vou citar o seu sétimo parágrafo literalmente, a fim de patentear ou estabelecer a prova daquilo que eu chamo de presunção desses mexeriqueiros e maquinadores de desavenças entre nações. Ei-lo: "em entrevistas aqui e em outros pontos da região, os bispos disseram acreditar que a difusão do protestantismo faz parte de um plano político mais amplo, concebido por determinados setores dos Estados Unidos que querem bloquear a pressão católica favorável a mudanças sociais". Senhoras e Senhores da pláteia, por favor queiram rir dessa piada, posto que ela é a coisa

mais hilariante que já se disse em público. Acaso esses "determinados setores dos Estados Unidos" compõem-se de insensatos? Que conceito é esse tão asnático que o clero romano faz sobre certas pessoas norte-americanas, como se elas estivessem descendo a um porão escuro? Que entende esses bispos católicos da verdadeira missão da Igreja de Cristo? Como que, então, a "difusão do protestantismo" não passa de ser uma manobra política? Que pressão católica é essa favorável a mudanças sociais? Logo se vê que esses bispos católicos não conhecem a história real da fundação de igrejas evangélicas em chão brasileiro, e nem têm olhos para ver o que chamam de "mudanças sociais" numa nação onde o verdadeiro evangelho é disseminado, crido e assimilado. Aqueles que buscam e fazem até sacrifícios pessoais para promover a verdade do evangelho não sobem rampas de palácio e nem benzem esquadras da guerra. Os verdadeiros ministros de Cristo não se interessam por geopolítica de quem quer que seja e se são "intensamente anticomunistas", há razão para isso, uma vez que onde os comunistas chegam ao poder, dali o evangelho é banido. Ou não? Claro que sim.

Os alquimistas jesuítico-marxistas estão fomentado a discórdia, não apenas entre homens e grupos heterogêneos, mas também entre nações, conforme se vê nessa incriminação dos fundamentalistas e dos determinados setores dos Estados Unidos, etc. etc. Diariamente esses indivíduos loquazes (bispos católicos) estão dando entrevistas a repórteres de jornais, rádio e TV, como se fossem grandes personalidades — remember Simão Mago eles que falam até pelos cotovelos, porquanto se julgam "Guia dos cegos, luz dos que estão em trevas", quando são, isso sim, "condutores cegos, que coam um mosquito e engolem um camelo", já que seus preconceitos ou propensões para condenarem os "protestantes" são proverbiais.

Para encerrar esta contestação a uma aleivosia de marca registrada, recorro à Bíblia como juiz que decide, se esta ou aquela questão tem seu embasamento no que é justo e se não tem, então o juízo, segundo a reta justiça. "... por que não julgais também por vós mesmos o que é justo?" — assim agüiu Jesus. "Vós julgais segundo a carne" — sentenciou o Mestre. Por que julgarmos segundo a aparência? "... Deus enviou seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele". Estamos vivendo nesse espírito? Sabemos o que é justo e o que não é? Que é concórdia? Que é paz? Temos que estar cientes do seguinte: pelas nossas palavras podemos ser justificados mas também por causa delas podemos ser condenados. Seria uma má obra a do fundamentalismo protestante? Julgar é prerrogativa exclusiva de Deus. Que esses relatórios dos bispos católicos enviados ao Vaticano tenham o selo da justiça, do contrário, naquele dia terrível — o dia da ira de Deus —, verão a grande diferença que há entre o justo e o ímpio, entre o que serve o Senhor e o que não O serve. "Assim, sabe o Senhor livrar da tentação os piedosos, e reservar os injustos para o dia de juízo, para serem castigados" (2 Pedro 2: 9) Qual dos papas pode desdizer isso? Aguardemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ninguém mais do que o Sr. Mário Moraes Filho tem defendido, ao longo do tempo, a fixação e aproveitamento do Aeroporto de Viracopos.

Tem esse ferroviário aposentado com os seus 82 anos de idade, produzindo um sem número de mensagens, graças a facilidade de redação que tem e os conhecimentos que hauriu sobre as excepcionais condições climáticas e topográficas da região de Viracopos, entre Campinas e Indaiatuba. E com a constância de quem acredita no que prega, e na verdade dos fatos o Sr. Mário Moraes Filho busca corresponder-se com todos quantos podem, de alguma maneira, ter significação para que se encontre o destino ideal para dito campo de pouso.

Talvez, a mais recente carta por ele feita, dirigida ao Ministro da Aeronáutica, pela precisão dos seus termos, convém seja registrada da tribuna mais alta do Parlamento Brasileiro.

É o que fazemos, a seguir:

"A visão do piloto sobre a pista ainda é essencial à segurança do pouso, havendo necessidade de que os dados fornecidos para a aterrissagem sejam rigorosos e precisos, no caso de um eventual nevoeiro sobre o aeroporto". (Cel. Roberto Caracciolo.)

"As interdições meteorológicas atingem o aeroporto de Viracopos em menos de meio por cento ao ano. Em dados precisos, Viracopos permanece aberto ao tráfego, 99,43% de seu tempo útil". (Diário do Povo — 17/7/1969.)

"O voo está diretamente ligado a condições meteorológicas: quando não põem em risco a segurança, sempre representam desconforto e perda de tempo". (L. J. de Almeida Junqueira Filho — 19/10/1969.)

"Assim, o enorme aperfeiçoamento dos instrumentos de navegação e pouso não autoriza a conclusão, que parece tender a generalizar-se entre nós, de que agora os aeroportos podem ser construídos em qualquer lugar, nem muito menos justifica que, entre dois lugares, se escolha o pior. De resto, as características desfavoráveis do terreno podem afetar inclusive o funcionamento dos instrumentos". (Jornal da Tarde — 25/8/1975.)

Senhor Ministro:

Em aditamento às minhas duas últimas cartas relacionadas com o novo Sistema Aeroportuário da Área Terminal de São Paulo, com relação ao aproveitamento dos aeroportos de Cumbica e de Viracopos, eu tomo a liberdade de vir novamente à presença de V. Ex.^a para trazer-lhe um novo enfoque sobre o apaixonante e sério assunto, e que envolve a segurança aérea em nossos aeroportos, a partir de uma carta do leitor Oscar C. Motta, da Capital (São Paulo), publicada na *Folha de S. Paulo*, edição de 30 do corrente, nos seguintes termos:

"Tenho lido sempre pelos jornais e ainda pelas rádios e TV, críticas de que o aeroporto de Cumbica, desde a sua inauguração, já foi fechado tantas e tantas vezes por causa do nevoeiro. Acontece que quando o aeroporto de Guarulhos fecha por causa do nevoeiro, Congonhas também permanece fechado pelo mesmo motivo, e muitos outros do Brasil inclusive o do Rio, Santos Dumont, paralisando com isso a ponte aérea."

"Com o fechamento de Cumbica ou Guarulhos, os aviões internacionais ficam retidos no Galeão, causando com isso o atraso na chegada em São Paulo. Como disse o ministro da Aeronáutica, os passageiros devem ter um pouco de paciência. Afinal, quem vem para São Paulo é para negócios rendosos, ou então, para conhecer uma das maiores cidades do mundo, vale a pena esperar."

O leitor parece desconhecer a existência do aeroporto de Viracopos aqui na cidade de Campinas, e a propósito escrevi à *Folha de S. Paulo*, numa tentativa de rebater a insinuação do leitor citado, o que se segue:

"Diante disso, não vemos como possa o Sr. Ministro da Aeronáutica ter pedido aos passageiros um pouco de paciência, quando os aviões internacionais destinados a São Paulo ficam retidos no Galeão, devido ao fechamento de Cumbica, tendo Viracopos operando normalmente. São centenas e centenas de pessoas que aportam ao Rio já exaustas e de muito longe, como sempre. Ademais, em se tratando de homens de negócios, eles são, em geral, pessoas normalmente apressadas, e quanto aos turistas, mesmos estes, ávidos em conhecer uma das maiores cidades do mundo, sempre se sentirão frustrados e prejudicados com a perda de tempo."

Fala-se, e muito, no que seria o desconforto de uma viagem terrestre entre São Paulo e Viracopos, para os que vão apanhar um avião neste aeroporto internacional. Entretanto, o que se pode dizer em termos desse mesmo conforto, ou de perda de tempo, no caso dos passageiros internacionais que agora, depois da inauguração do novo aeroporto de Cumbica, com 7,8 ou até mais horas de voo, se vêem retidos no Galeão, até que se reabra o novo aeroporto de Cumbica, mesmo tendo operado, sem restrições, o seguro, mas incompreendido e abandonado Aeroporto Internacional de Viracopos?

Ai está, Sr. Ministro, uma grande e tremenda contradição que ao povo miúdo e leigo como eu, não consegue entender por maiores esforços envide.

Se nós campineiros terçamos armas em prol de Viracopos, o fazemos em nome dos direitos humanos e não por tolos impulsos de incontido bairrismo, tendo em vista o que o referido aeroporto bem representa em termos de segurança para a moderna aviação comercial, num

posicionamento impar no País e talvez no mundo, mas até aqui infelizmente não aproveitado em sua potencialidade.

Modestamente, é o que respeitavelmente tínhamos a expor à V. Ex.^a como brasileiros que somos amantes de nossa imensa e progressista Pátria, e tudo a que ela possa interessar no seu deslanche a um futuro de Paz e Progresso.

Do sempre patricio e admirador de V. Ex.^a
Respeitosamente, **Mário Moraes Filho.**

(Sr. Presidente, era o que tinha a dizer. (Muito bem!))

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Assis Canuto.

O SR. ASSIS CANUTO (PDS — RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós queremos lavar o nosso protesto e registrar a decepção de todos os beneficiários do Sistema Financeiro da Habitação, pelo alto índice de reajuste proposto pelo Governo para o reajustamento das prestações da casa própria.

Naturalmente, durante a campanha presidencialista da Aliança Democrática, este assunto foi tratado várias vezes, em todos os palanques deste País, e o Governo acenava com promessas que nós já sabíamos de antemão que não seriam cumpridas, mas acenava com promessas até certo ponto milagrosas e mirabolantes, pensando inclusive que talvez nem chegasse ao Poder e que não tivesse oportunidade de cumprir ou descumprir essas promessas. Na realidade, pouco depois de assumir o Governo, já vários fatos nós poderíamos aqui enumerar, que constatarem e concretizem a decepção do povo brasileiro como o Governo que aí está.

Mas o fato do BNH é mais recente, é o fato do dia, e nós queremos deixar aqui consignado o nosso protesto e nos solidarizar com todos aqueles representantes das associações dos moradores, dos mutuários da casa própria, no sentido de que o PDS está coeso em apoiar as suas reivindicações, porque não é admissível que hoje uma correção do tipo da que está sendo proposta — e aliás, já está sendo oficializada — e naturalmente nós poderemos, além da insatisfação levada a milhares e milhares de beneficiários do Sistema Financeiro da Habitação, criar inclusive condições para insolvência do sistema, porque as inadimplências, as omissões, as dívidas não pagas serão acumuladas violentamente, pois não é possível, mediante o quadro econômico-financeiro que a Nação atravessa, consentir e aceitar um aumento tão grande como este que foi estipulado e fixado agora.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Melo.

O SR. OSVALDO MELO (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Em primeiro lugar, desejo manifestar meu pleno endosso às palavras que foram proferidas aqui pelo eminente companheiro Deputado Assis Canuto, com relação à decisão tomada pelo Governo face aos mutuários do BNH. Em segundo lugar, eu gostaria que V. Ex.^a considerasse como lido um telegrama que passei ao Presidente da República, Dr. José Sarney, com relação a problemas ligados à política do meu Estado, o Estado do Pará.

O telegrama tem o seguinte teor:

"Tendo V. Ex.^a afirmado em memorável pronunciamento à Nação de que no seu Governo não seriam admitidos os favorecimentos ilícitos e nem políticos, assim como o peculato, e que todos os que se desviassem desse severo padrão ético seriam punidos sumariamente, tomo a liberdade de, com todo o respeito e amizade, lhe fazer uma denúncia que envolve a empresa estatal ELETRONORTE em relação a fatos ocorridos na política do Pará. O Governador do Pará, Dr. Jader Barbalho, com a pressão da máquina estadual está aliciando Deputados, Prefeitos e Vereadores filiados ao Partido Democrático Social para aderirem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, dando cunho oficial a esses atos e as referidas adesões que se fazem no Palácio

do Governo, ao invés de o serem na sede do PMDB, como manda a ética administrativa e política, com larga publicidade na imprensa, rádio e televisão. A última fornada de adesões verificou-se na sexta-feira passada com a filiação de dois Deputados Estaduais e mais o Sr. Cláudio Furma, Prefeito de Tucuruí, em companhia de três Vereadores do PDS. O que é de estarrecer — e daí o motivo da minha denúncia — é que o transporte do Prefeito e dos Vereadores de Tucuruí, segundo informações divulgadas pela imprensa do Pará, teria sido feito de Tucuruí para Belém em avião da ELETRONORTE, ou fretado à ELETRONORTE, constituindo-se uma condenável prática política e incorrendo esta empresa nas infrações enquadradas em seu pronunciamento.

Certo de que V. Ex.^a não compactua com esse tipo de procedimento político-partidário dessa empresa estatal, pedimos que seja mandado apurar a veracidade da informação perante o digno Ministro das Minas e Energia, que também temos certeza não concordará com esse favorecimento político.

Aguardando suas providências, fico a seu dispor na Câmara Federal. Respeitosas saudações, Deputado **Osvaldo Melo.**

Era este o registro que eu tinha a fazer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Mário Frota.

O SR. MÁRIO FROTA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, naturalmente que todos nós sentimos e deploramos o aumento de 246% que o Governo concedeu à casa própria. No entanto, nos parece que é uma atitude cínica as acusações que, neste momento, parlamentares do PDS fazem ao Governo, colocando no atual Governo, há três meses no Poder, toda a culpa do que ocorre hoje, envolvendo o Sistema Financeiro da Habitação do País.

Ora, Sr. Presidente, nós sabemos e disso sabemos muito bem que a Oposição hoje no Poder não tem nenhuma culpa pelo que ocorre hoje no País. Aumentou a casa própria, aumentou o carro, até o sabonete sofreu aumento. Mas, o que pode fazer, neste momento, a chamada Nova República? Quem construiu este monstro que é o BNH foi o PDS; todas as mazelas que se abatem sobre o País hoje são de responsabilidade única e exclusiva do PDS. De repente, por questões eleitoreiras, vêm os seus parlamentares, os responsáveis e que apoiaram o Governo no passado, no momento em que aquele Governo se lançava contra o povo, agora surgem como santos, como anjos, colocando-se ao lado do povo numa atitude que chamo de cínica, porque, em verdade, recebemos uma herança maldita, o caos como disse o Presidente José Sarney, há alguns dias pela televisão.

O que eu acho, Sr. Presidente, é que o Presidente da República, Dr. José Sarney, tem que dizer mais, não pode ficar apenas falando em caos, tem que dizer à Nação em vários programas de televisão, rádio, pelos jornais como recebemos o País para que a Nação entenda as razões por que temos que, neste momento, fazer alguns reajustes, como foi feito, por exemplo, hoje, e está sendo noticiado pelos jornais, no caso específico da casa própria.

Sr. Presidente, não aceitamos esse tipo de provocação. Sabemos que isto não é bom para o povo brasileiro. Temos consciência disso. Sabemos que os mutuários, a partir de hoje, também nos lançarão culpas, estão nos lançando culpa sobre o que está acontecendo. Mas é preciso que se diga a verdade: a Nova República está fazendo tudo para consertar os erros do passado, não tem responsabilidade pelo que foi feito pelos Governos que desmandaram, que fizeram tudo para liquidar este País.

Neste momento é de justiça dizer tudo isso, Sr. Presidente; recebemos uma herança maldita, recebemos para administrar o caos deixado pelos governantes do PDS e pelos Deputados que, hoje, aqui, condenaram as atitudes da Nova República.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Assis Canuto (PDS — RO) — Sr. Presidente, o nobre Deputado não se referiu pessoalmente ao meu nome mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — V. Ex^a está levantando uma questão de ordem? V. Ex^a está falando como Líder? V. Ex^a já falou no período de breves comunicações.

O Sr. Assis Canuto — Nós gostaríamos que V. Ex^a nos concedesse a palavra para uma questão de ordem.

O nobre Deputado Mário Frota não me citou nominalmente, mas fez referências que, naturalmente, nos atingem. Então, nós gostaríamos que V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Nobre Deputado Assis Canuto, V. Ex^a tem que levantar uma questão de ordem sobre um determinado artigo do Regimento, ou sobre matéria versando a respeito do andamento da sessão.

V. Ex^a poderá usar da palavra para contestar o Deputado Mário Frota, em outra oportunidade, mas como questão de ordem, V. Ex^a só pode se dirigir à Mesa e sobre um determinado artigo do Regimento.

O Sr. Assis Canuto — Eu agradeço as informações de V. Ex^a, muito claras por sinal, mas então eu pediria a palavra a V. Ex^a como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder do PDS, em substituição ao Deputado Leorne Belém.

O SR. ASSIS CANUTO (PDS — RO. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nós não queremos, de maneira nenhuma, estabelecer uma polémica sobre este assunto, mas já de antemão sabíamos que esse discurso, proferido pelo ilustre Deputado Mário Frota, seria repetido por várias vezes. Naturalmente, agora, tudo que a Nova República não consegue acertar, não consegue fazer, não consegue realizar, não consegue satisfazer as promessas demagógicas feitas em palanque, por este Brasil afora, durante 20 anos fazendo demagogia, quando tiveram oportunidade de assumir o Poder, não nos surpreende esse tipo de discurso porque nós já sabíamos que iria ocorrer naturalmente isso aqui.

Mas nós não temos, o PDS como Partido, qualquer responsabilidade e muito menos este Deputado e outros Deputados companheiros nossos. Nós não temos qualquer responsabilidade com o chamado caos que S. Ex^a enumera. Naturalmente, o nosso Digníssimo Presidente da República é um cidadão que, talvez mais legitimamente, pudesse ser carimbado de PDS aqui nesta Casa, porque viveu durante 20 anos no PDS. E outros Ministros e outras grandes autoridades da República egressos do PDS, mas foram do PDS. Mas nós não queremos dirigir para eles essas críticas, não queremos repassar os resultados negativos das afirmações do nobre Líder Mário Frota.

O que queremos dizer é o seguinte, e vamos repetir: que o Governo da República não está acertando. Os fracassos, as decepções, os fatos concretos estão aí no dia-a-dia e haverão de se suceder porque, na realidade, pregaram uma fantasia ao povo brasileiro, irresponsavelmente, demagogicamente pregaram uma fantasia ao povo brasileiro e agora não têm como sair. Já escutei discursos de vereadores do PMDB, de Deputados Estaduais do PMDB, de Prefeitos do PMDB e até de Senadores e agora estou ouvindo, lamentavelmente — porque tenho um grande apreço pelo nobre Deputado Mário Frota, pela inteligência de S. Ex^a, pelo seu descortino, pelo seu tra-

balho de parlamentar prestado a esta Casa por longos anos —, tenho o desprazer, a decepção, e confesso, de ouvir, mais uma vez, a cantilena, a repetição desse discurso de que tudo é culpa do PDS.

Naturalmente não podemos, para livrar a nossa responsabilidade, para nos livrarmos do fracasso evidente dos fatos concretos que a Nova República não está conseguindo implantar, das promessas feitas e não cumpridas e que haverão de não cumprir porque já se sabia que eram impossíveis se serem cumpridas, naturalmente não podemos arcar, de maneira nenhuma, e não queremos arcar com esse tipo de discurso, com esse tipo de assertiva, jogando agora tudo que acontece em cima das costas do PDS.

Até quando, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vamos ouvir esse tipo de assertiva aqui? O que o Governo tem que fazer é acertar. O que o Governo tem que fazer é governar e fazer menos demagogia, deixar a retórica e deixar os palanques. Aí, sim, vai de encontro aos anseios do povo brasileiro, vai de encontro àquilo que eles pregaram, nos palanques.

Fica aqui, portanto, lavrado o nosso protesto veemente contra as assertivas dirigidas ao PDS e dirigidas especificamente a Deputados desta Casa.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Mário Frota — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Mário Frota.

O SR. MÁRIO FROTA (PMDB — AM. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Até o meu garoto que está com 4 anos de idade, hoje, naturalmente que entende que a Oposição, hoje no poder, não poderia, de forma alguma, consertar o País em 3 meses, liquidado pela tecnocracia civil e militar, com apoio ostensivo nesta Casa e no Senado Federal e nas Assembléias Estaduais de então, em apenas 3 meses. Seria demais pedir, Sr. Presidente, que em 3 meses nós encontrássemos soluções para problemas que eles, em 20 anos, não encontraram. Pelo contrário, emborcaram o País, precipitaram o País no caos, como falei há poucos minutos, deixando uma herança maldita, herança essa, Sr. Presidente, transferida a nós em razão de obras faraônicas construídas neste País, que terminaram por arrebentar a nossa economia e as nossas finanças, como a Transamazônica, a ponte Rio—Niterói, a Perimetral Norte, a Ferrovia do Aço, o parque nuclear brasileiro e outras e outras obras, Sr. Presidente, obras faraônicas que não nos serviram e não nos estão servindo para nada. Com tudo isso rebentaram, Sr. Presidente, com este País. E agora, vem o PDS dizer que nós estamos lamentando, porque nós não temos condições, capacidade, imaginação para governar o País. O que nos parece, Sr. Presidente, afirmativas, expressões de profunda irresponsabilidade.

A Nação, eu acredito, Sr. Presidente, está do nosso lado porque, em verdade, ela queria e exigia mudanças; e essas mudanças estão sendo feitas aqui nesta Casa. Votamos projetos importantes que estão indo ao encontro dos interesses e das aspirações nacionais.

Hoje, Sr. Presidente, votamos leis que, em verdade, o povo as deseja. E o PDS que, hoje, tenta malhar a Nova

República, quantas e quantas vezes — e V. Ex^a é testemunha disso — votou projetos, nesta Casa, que arrebentavam com a população do País, principalmente atingindo as camadas mais pobres da sociedade.

Ora, Sr. Presidente, nós estamos fazendo o que podemos. Tenho certeza de que a Nação está entendendo o que ocorre neste momento. Se o Governo da Nova República não faz mais é porque não pode. Tenho certeza que se o Presidente José Sarney, neste momento, pudesse extinguir o BNH, Sua Excelência o faria com o maior prazer e, infelizmente, não pode. E isso Sua Excelência tem que esclarecer à opinião pública, porque o fazendo vai arrebentar de vez com o Sistema Financeiro de Habitação. Não desejaríamos que esse aumento que saiu fosse tão elevado, Sr. Presidente. Não gostaríamos que isto acontecesse, porque sabemos que isso traz antipatia; não é bom para as oposições que chegaram ao poder, não é bom para a Nação, não é bom para ninguém. Não gostaríamos que nada disso acontecesse, mas infelizmente, não temos outra saída, Sr. Presidente. Temos que levar devagar o barco. As soluções serão encontradas, não de uma hora para outra como exige o PDS, mas elas serão encontradas e a Nação, o País finalmente, chegará a um porto seguro; o porto que toda a Nação brasileira espera.

Sr. Presidente, temos certeza de que o sofrimento do povo está chegando ao fim, porque o Governo que aí está é o Governo da Nação, é o Governo do povo, é o Governo que todos queríamos e que todos exigíamos. Temos certeza de que dificuldades, e muitas, ainda iríamos enfrentar, mas com o passar do tempo, nós temos certeza de que essas dificuldades serão sanadas, e o povo brasileiro encontrará finalmente a sua felicidade. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Está encerrado o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 1985, que acrescenta artigo à Constituição Federal, referente à aplicação de recursos na área do Polígono das Secas.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1982 (nº 831/79, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a incidência de correção monetária nos depósitos judiciais.

Não tendo a Comissão Mista, incumbida de relatar o veto, apresentado seu relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão. A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Marcondes Gadelha) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

Ata da 171ª Sessão Conjunta, em 20 de junho de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 20 HORAS E 25 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Odacir Soares —

Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lu-

cena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderval Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João

Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novais — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Darcílio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarno — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Caimargo

— PFL; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Oscar Alves — PFL; Osvaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Manoel de Souza — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinurterg — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Mathews Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusa o comparecimento de 61 Senhores Senadores e 273 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Asfora. (Pausa.)

S. Ex^a Não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 35, de 1985.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 35, de 1985

Acrescenta artigo à Constituição Federal, referente à aplicação de recursos na área do Polígono das Secas.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional.

Artigo único. É acrescentado ao Título V — Disposições Gerais e Transitórias — da Constituição Federal o seguinte artigo:

“Art. 218. O Orçamento Plurianual de Investimento dos órgãos da Administração Direta e Indireta da União consignarão obrigatoriamente dotações para aplicação na área do Polígono das Secas.

Parágrafo único. As dotações a que se refere o caput deste artigo serão, progressivamente, durante 5 anos, elevadas de 18% (dezoito por cento) no 1º ano até atingir 30% (trinta por cento) do total anualmente aplicado por esses órgãos. Os recursos da Administração direta terão, de suas dotações vinculadas ao Polígono das Secas, 50% (cinquenta por cento) aplicados em obras hídricas de formação de estruturas de combate às estiagens.”

Justificação

Todos sabemos que apenas 20% da população nordestina se alimentam adequadamente, que 86% dos trabalhadores recebem menos de dois salários mínimos, que 120 crianças em cada mil morrem antes de completar um ano e que a produção média per capita das principais culturas agrícolas caiu acentuadamente nos últimos anos.

A pobreza, no Nordeste, assume realmente, uma dimensão absoluta. A carência, a subnutrição e a fome alastram-se na Região, trazendo atrás de si sérias consequências econômicas, sociais e políticas.

As questões do desemprego vêm alcançando índices sem precedentes, 23% da população economicamente ativa. Somente o setor da construção civil, em Natal, por exemplo, colocou na rua nos dois primeiros meses deste ano cerca de dez mil operários.

O problema é que o Nordeste continua a ser encarado de forma superficial e imediatista. As políticas continuam a ser dominadas pelas crises periódicas das secas.

No contexto da estratégia global de desenvolvimento do País, o Nordeste tem tudo uma prioridade relativamente baixa.

A verdade é que o aporte de recursos, os investimentos (apenas 12% dos investimentos nacionais são realizados no Nordeste), a criação de infraestrutura e a eleição de prioridades não acompanham o crescimento das necessidades da sua população, atualmente integrada por 40 mi-

lhões de brasileiros, ou seja, um terço da população de todo o País.

Talvez como consequência dessa baixa prioridade, associada a limitações financeiras do Governo Federal, existe uma desproporção muito grande entre o volume de recursos canalizados para a Região e aquele que seria necessário para reverter o processo histórico de deteriorização da posição relativa do Nordeste, no contexto da economia brasileira.

Estudos recentes do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste — ETNE do Banco do Nordeste, demonstram que, apesar de o fosso entre o Brasil e o Nordeste estar se alargando, o que se verifica é que toda vez que alguma medida de maior impacto é tomada para beneficiar especificamente aquela área, a taxa de crescimento do seu produto (PIB) supera a do Brasil, deixando clara sua capacidade de resposta aos investimentos ali realizados.

Nossa proposta é, pois, no sentido de determinar que os investimentos governamentais, na área do Polígono das Secas, sejam durante 5 anos elevados até se fixar no limite ideal de 30%, que é o equivalente ao índice populacional.

Essas as razões motivadas da apresentação desta nossa proposta à consideração dos ilustres pares que certamente acrescentarão idéias tendentes a seu aperfeiçoamento.

DEPUTADOS: Evandro Ayres de Moura — Ary Kiffuri — Amaury Müller — Mauro Sampaio — Nilson Gibson — José Jorge — Siqueira Campos — Edison Lobão — Jarbas Vasconcelos — Milton Brandão — Renan Calheiros — José Carlos Vasconcelos — Denisar Arnelro — Simão Sessim — Osmar Leitão — Mozarildo Cavalcanti — Leonidas Rachid — Amaral Netto — Wildy Vianna — Marcelo Linhares — Augusto Franco — Furtado Leite — Eduardo Matarazzo Suplicy — Francisco Erse — Juarez Batista — José Luiz Maia — Inocêncio Oliveira — Floriceno Paixão — Wal Ferraz — Sérgio Cruz — Israel Pinheiro — Fernando Gomes — Ivo Vanderlinde — Casildo Muldner — José Penedo — Nelson Morro — Paes de Andrade — João Carlos de Carli — Clark Platon — Mário Juruna — Myrthes Bevilacqua — Nelson Aguiar — Domingos Leonelli — Flávio Bierrenbach — Arthur Virgílio Neto — José Burnett — João Rebelo — Josué de Souza — Tarcísio Buriti — Nilton Alves — Luiz Henrique — João Faustino — Jorge Uequed — Octacílio de Almeida — Milton Reis — Ruben Figueiró — Geraldo Bulhões — Alcení Guerra — Guido Moesch — Francisco Amaral — José Carlos Teixeira — Hélio Manhães — Francisco Dias — Joacil Pereira — Albérico Cordeiro — Paulo Guerra — Walber Guimarães — Oly Fachin — Borges da Silveira — Navarro Vieira Filho — Del Bosco Amaral — Santos Filho (apoio) — Norton Macedo — Luiz Leal — Pedro Corrêa — Renato Cordeiro — Celso Carvalho — Hélio Dantas — Iturival Nascimento — Antônio Dias — Israel Dias-Novais — Gastone Righi — Nadyr Rossetti — Máro Assad — Paulo Lustosa — Hélio Duque — Djalma Falcão — Clemir Ramos — José Tavares — Antônio Osório — Djalma Bom — Oscar Corrêa — Hamilton Xavier — Agenor Maria — Victor Faccioni — Heráclito Fortes — Celso Barros — Cristino Cortes — Raul Belém — Geovani Borges — Ibsen de Castro — Jonas Pinheiro — Roberto Rollemberg — Márcio Braga — Diogo Nomura — Harry Amorim — Levy Dias — Paulo Mincarone — Dirceu Carneiro — Alberto Goldman — Sérgio Ferrara — Emídio Perondi — Gerardo Renault — José Ribamar Machado — Rosemburgo Romano — Fernando Bastos — José Mello — Melo Freire — Virgildásio de Senna — Franca Teixeira — Aécio de Borba — José

Lins de Albuquerque — Humberto Souto — José Carlos Fagundes — Maurício Campos — Cássio Gonçalves — Nelson do Carmo — Marcelo Gato — João Bastos — Antônio Câmara — Raul Ferraz — Carneiro Arnaud — Osvaldo Nascimento — Nelson Wedekin — Manoel Afonso — Santinho Furtado — Marcondes Pereira — Evaldo Amaral (p/tramitação) — Gilson de Barros — Márcio Macêdo — Elquisson Soares — Ronaldo Campos — Francisco Studart — Dante de Oliveira — Manuel Viana — Sérgio Murilo — Gerson Peres — Osvaldo Melo — Maluly Neto — José Maranhão — Jônathas Nunes — José Moura — Orlando Bezerra — Mário Frota — Alcides Lima — Irineu Colato — Fernando Magalhães — Eraldo Tinoco — Max Mauro — Cunha Bueno — Carlos Wilson — Aroldo Moletta — Jorge Vargas — Carlos Vinagre — Brabo de Carvalho — Sebastião Ataíde — Genésio de Barros — Paulo Borges — Joaquim Roriz — João Herrmann — Sinval Guazzelli — Jorge Vianna.

SENADORES: Iris Célia — Passos Pôrto — João Lobo — Odacir Soares — Almir Pinto — Claudionor Roriz — Carlos Alberto — José Fragelli — Murilo Badurô — Gabriel Hermes — Helvídio Nunes — Aderbal Jurema — João Lúcio — Hélio Gueiros — Jorge Bornhausen — Derval de Paiva — José Lins — Humberto Lucena — Affonso Camargo — Gastão Müller — Raimundo Parente — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Enéas Faria — Alberto Silva.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Martins Filho, Fábio Lucena, Alberto Silva, Hélio Gueiros e os Srs. Deputados Antônio Câmara, Ciro Nogueira, Wagner Lago, José Maranhão e Manoel Afonso.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Jutahy Magalhães, Moacyr Duarte, César Cals, Heráclito Rollemberg e os Srs. Deputados Aécio de Borba, Josias Leite e José Luiz Maia.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores José Lins, Nivaldo Machado, Lourival Baptista e os Srs. Senadores Alcides Lima e José Camargo.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — O Sr. Deputado Jorge Carone.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão, poderão ser apresentadas emendas, no prazo de 8 dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinatura revisto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 20 de agosto vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta, a realizar-se hoje, às 20 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 1983 — Complementar (nº 102/76 — Complementar, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 28 minutos).

Ata da 172ª Sessão Conjunta, em 20 de junho de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 20 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Alcides Paio — Odacir Soares —

Aloysto Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lu-

cena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Albano Franco — Lourival Baptista — Heráclito Rollemberg — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João

Calmon — José Ignácio Ferreira — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Álvaro Dias — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Ota-vo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Dionísio Hage — PFL; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Nagib Haickel — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PFL; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Claudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PFL; João Faustino — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PFL; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PFL.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavoura — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Angeio Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Jairo Azi — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Darcilio Ayres — PDS; Dasso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornelas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Cury — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Delson Scarano — PDS; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juares Baptista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Nylton Velloso — PFL; Oscar Corrêa Júnior — PFL; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Aírton Sandoval — PMDB; Aírton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PFL; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PFL; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Flávio Bierrembach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Gióia Júnior — PDS; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; José Camargo

— PFL; José Genoíno — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juares Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Cristino Cortes — PDS; Gilson de Barros — PMDB; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Valdon Varjão — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Casildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ernesto de Marco — PMDB; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Manoel de Souza — PMDB; Pedro Colin — PFL; Renato Vianna — PMDB; Vilson Kleinurterg — PDS; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amáury Müller — PDT; Darcy Pozza — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélito Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusa o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 273 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Não há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) —

A Presidência convoca Sessão Conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1985, que acrescenta parágrafo ao artigo 101.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 281, de 1983 — Complementar (nº

102/76 — Complementar, na origem), Vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a concessão do benefício auxílio-doença ao trabalhador rural.

Não tendo a Comissão Mista incumbida de relatar o veto, apresentado seu relatório no prazo regimental, a matéria foi incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 106 do Regimento Comum, instruída com o histórico da sua tramitação no Congresso Nacional.

Em discussão o projeto vetado. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A votação fica adiada por falta de **quorum**.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre Cr\$	3 000,00
Ano Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre Cr\$	3.000,00
Ano Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 07/1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

- O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização? — *Senador Fernando Henrique Cardoso*
A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica — *Senador Nelson Carneiro*
O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior — *Senador Aderbal Jurema*
A evolução política dos Parlamentos, e a maturidade democrática — O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramallete*
Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras — *Washington Peluso Albino de Souza*
O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Sumário do Suplemento Especial — “Integração na América Latina”:

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*
Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*

O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*

Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*

Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

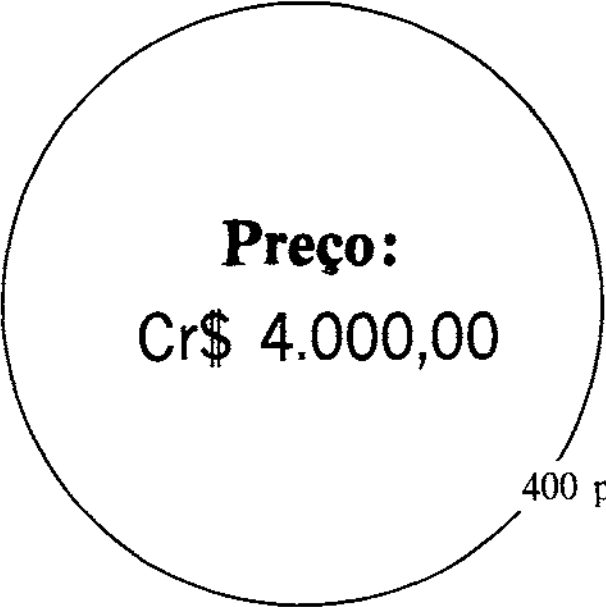
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)
(9ª edição — março de 1984)
(reimpressão)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.



Preço:
Cr\$ 4.000,00

400 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

- O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização?
— *Senador Fernando Henrique Cardoso*
- A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica — *Senador Nelson Carneiro*
- O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior —
Senador Aderbal Jurema
- A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática
— O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*
- História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*
- O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*
- Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhet*
- Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*
- A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*
- Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*
- O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*
- Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*
- Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*
- Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*
- O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras —
Washington Peluso Albino de Souza
- O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*
- O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emilio Ribeiro de Vilhena*

Sumário do Suplemento Especial — “Integração na América Latina”:

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*

Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*

O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*

Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*

Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição k 1984

Preço = Cr\$ 10.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00